

Projecto de Resolução

A Agricultura em Geral e o sector Pecuário em particular vivem uma situação insustentável provocada pela conjugação da baixa dos preços à produção aliada à subida dos custos de produção.

A baixa dos preços do leite e da carne na produção que está ligada à importação de Países da União Europeia a preços de saldo, originada pela aprovação de uma política comunitária suicidária para a produção Nacional, não tem tido a intervenção necessária por parte das autoridades no sentido de averiguar se não estarão a ser cometidas ilegalidades.

Com o objectivo da revisão da organização comum do mercado do leite e a liquidação do sistema de quotas leiteiras, o Conselho de Ministros da Agricultura da União Europeia decidiu o aumento de 2% na quota da produção de leite para a campanha de 2008/2009 para todos os estados membros da União Europeia acrescida de aumentos de 1% por campanha até 2013.

A liquidação das quotas leiteiras e a liberalização dos mercados de lacticínios que interessa aos grandes produtores e exportadores de leite dos países do norte será a machadada final na já débil produção de leite Nacional. A manter-se esta política, continuaremos a assistir à “expulsão” da sua actividade de mais uns milhares de produtores, tal como tem sucedido nos últimos anos.

A falta de intervenção satisfatória da Autoridade da Concorrência no sector da pecuário tem levado a violações grosseiras das regras de mercado da concorrência. A falta de actividade visível deste Organismo é deveras preocupante e exige-se explicações porque é que não está a cumprir o seu papel de regulação das regras de mercado.

A ausência de políticas na defesa da produção Nacional apenas se compreende pela incapacidade e miopia política dos sucessivos Governos em olhar a realidade das explorações agrícolas Portuguesas. O que sucede com o enquadramento e o apoio técnico-sanitário às explorações pecuárias sobrecarrega os produtores de normas, custos e coimas e fragiliza o sistema de saúde animal, pondo em causa as regras de saúde pública.

Como queremos preços justos para defender a produção, o que obriga a outras políticas, mais sérias e activas na defesa da produção Nacional, os produtores Pecuários reunidos em Encontro Nacional na cidade de Coimbra, reclamam:

1. Compensações financeiras directas ao produtor de modo a garantir um preço indicativo do leite de 0,40€ por litro, à produção a instituir no quadro das ajudas minimis, enquanto durar a baixa de preços;
2. Aumento do benefício fiscal (desconto) para o gasóleo e a electricidade verde;
3. Combate à especulação com os preços dos combustíveis, da electricidade, das rações, dos adubos e outros factores de produção;
4. Combate à “ditadura” das grandes superfícies que promovem a enxurrada das importações e esmagam em baixa os preços à produção Nacional;
5. Medidas imediatas de fiscalização da carne, leite e lacticínios importados para verificar se cumprem as normas higieno-sanitárias e da concorrência, exigidas pelas

leis Portuguesas e pelas normas comunitárias, com particular atenção para o leite e laticínios, vulgarmente conhecidos por marcas brancas;

6. Suspensão temporária das prestações contributivas dos agricultores para a segurança social, sem perda de direitos, durante o período de crise do sector;
7. Preparação de um plano de intervenção apoiado para a retirada de vitelos recém-nascidos e de vacas de refugo;
8. Criar, no âmbito das medidas agro-ambientais, uma ajuda à recolha e concentração de leite em zonas desfavorecidas e de montanha;
9. Alargamento da medida agro-ambiental para ovinos e caprinos em regiões de montanha ou em risco de despovoamento, para a produção de leite e pecuária de bovina de carne;
10. Criação de linhas de crédito bonificado e a longo prazo para o desendividamento e para o investimento nas explorações agrícolas e nas cooperativas;
11. A rápida criação do enquadramento normativo para a implementação voluntária de um rótulo de qualidade que permita ao consumidor a fácil identificação da origem do produto;
12. Pagamento imediato das dívidas do Estado aos Agricultores e ao Movimento Associativo e reforço das dotações do Orçamento de Estado para a Agricultura e o Mundo Rural;
13. Suspensão dos actuais processos de licenciamento das explorações pecuárias e reconsideração de todo o enquadramento legislativo visando a sua simplificação e ajustamento à realidade, com definição simultânea do quadro de apoio e redistribuição de custos.
14. Controle e Fiscalização às Empresas que usam a designação de Queijo Artesanal da Serra da Estrela.
15. Pela reabertura de Matadouros próximos dos Produtores entre os quais o de Viseu.
16. Que o Observatório de Mercados Agrícolas produza uma tabela mínima de preços à produção.

O Encontro Nacional

Coimbra, 22 de Janeiro de 2010